

UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ LITORAL
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
CIPEAD - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

ANDRÉA CRISTIANA PEDROSO DOS SANTOS

**A FORMAÇÃO CONTINUADA E O PAPEL DO GESTOR ENQUANTO
FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NA CONQUISTA DO
ESPAÇO DEMOCRÁTICO E VALORIZAÇÃO SOCIOCULTURAL
CAMPESINA.**

IBAITI- PR
2014

ANDRÉA CRISTIANA PEDROSO DOS SANTOS

**A FORMAÇÃO CONTINUADA E O PAPEL DO GESTOR ENQUANTO
FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NA CONQUISTA DO
ESPAÇO DEMOCRÁTICO E VALORIZAÇÃO SOCIOCULTURAL
CAMPESINA.**

Artigo apresentado como requisito para obtenção da certificação do curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Edmilson Cezar Paglia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS GESTORES NAS ESCOLAS DE CAMPO.....	5
2.1 O PAPEL DO GESTOR FRENTE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE, EMANCIPAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS DE CAMPO.....	10
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS.....	17

A FORMAÇÃO CONTINUADA E O PAPEL DO GESTOR ENQUANTO FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO NA CONQUISTA DO ESPAÇO DEMOCRÁTICO E VALORIZAÇÃO SOCIOCULTURAL.

Andréa Cristiana Pedroso dos Santos¹

RESUMO

O presente artigo aborda como problemática a formação continuada e o papel do gestor nas escolas do campo, bem como as políticas e ações que norteiam o desenvolvimento de seu trabalho a fim de desenvolver e contribuir com a gestão democrática e a valorização da educação campestre. A compreensão do fazer pedagógico e do político da ação pedagógica na gestão escolar nas Escolas de Campo, faz-se necessária, pois se reconhece que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização, mas que por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão e tão pouco o povo campestre. A metodologia da pesquisa é teórico-bibliográfica analisando documentos constituídos principalmente de livros e artigos científicos.

Palavras chaves: Educação Campestre, Gestão Democrática, Formação Continuada;

1 INTRODUÇÃO

A importância da formação continuada do gestor atrelada à gestão democrática assume cada vez mais lugar de prioridade nas discussões e reflexões educacionais, pois os gestores assumem função primordial enquanto articulador no desenvolvimento do diálogo, da participação livre e consciente de todos, num esforço comum acerca da solução de uma problemática educacional campestre.

Percebe-se que a democratização na e da escola do campo é um desafio que vem se tentando alcançar, sendo assim para que ocorra a construção de escolas de campo democráticas, comprometidas, singulares e com qualidade faz-se necessária a exigência de dirigentes, ou seja, gestores democráticos e comprometidos com sua formação e a Educação Campestre. Tal paradigma de gestão e formação perpassa por questões e situações cotidianas que vão além da

¹ Andrea Cristiana Pedroso dos Santos. UFPR LITORAL . Email: andrea_mi2@hotmail.com

teoria e acaba por se debater com condicionantes ora estruturais, ora pessoais no sentido de permitir a sua efetivação, pois envolvem questões culturais, regionais, políticas e de prioridades, a partir disso pergunta-se: Como a formação continuada do gestor pode contribuir para o fortalecimento da conquista do espaço democrático e valorização sociocultural das Escolas de Campo?

Este artigo foi delineado a partir desse pressuposto e da necessidade de se compreender o papel do gestor do campo enquanto um profissional em constante formação, e da importância do domínio de conhecimentos relacionados à gestão e de práticas que contribuam e sejam construídas a fim de levar à conquista da cidadania e a emancipação, ou seja, a conquista da cidadania e respeito pela diversidade campesina.

A pretensão desta pesquisa é trazer discussão teórica, análise e reflexão acerca do trabalho e das implicações da formação continuada no fazer do gestor da escola de campo, bem como verificar, averiguar e contribuir para o desenvolvimento de ações que levem ao fortalecimento e a conquista do espaço democrático e valorização sociocultural campesina.

2 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO GESTOR NAS ESCOLAS DO CAMPO

Muitos dos conhecimentos e técnicas outrora adquiridas eram tidos como satisfatórias e definitivas, mas hoje o contínuo avanço da tecnologia e o aumento acelerado das informações, fazem com que as pessoas passem a se preocupar com o freqüente aperfeiçoamento. Em meio a tanta riqueza informativa o ser humano passou a ter que se adaptar e desenvolver novas atitudes e competências profissionais.

As novas e rápidas conquistas tecnológicas e científicas exigem de um profissional em qualquer área de atuação, a atualização constante de atitudes e conhecimentos acerca de novos métodos e técnicas de trabalho, não sendo diferente no contexto educacional, onde também exige-se cada vez mais pessoas aptas no desempenho de suas funções e comprometidas com a sociedade e a educação.

O homem e a escola do campo passaram a ter que buscar o rompimento de barreiras e a conquista de seu espaço na denominada Sociedade do Conhecimento. O gestor campesino passa a ter que adquirir novos conhecimentos para poder se desenvolver e refletir acerca da mudança de atitudes, executando assim novas habilidades a fim de legitimar suas ações e reelaborar sua prática.

Segundo Parolin (2009, p.31):

Hoje percebemos a necessidade de movimentarmos a práxis educativa em novas direções, revolucionando e inovando métodos e propostas. [...] trabalhar por uma educação mais viva e dinâmica (como a própria vida, inter e transdisciplinar) que relacione fenômenos naturais e socioculturais diversos; que promova o convívio solidário, a cooperação, a ética, a inserção e a participação social; que valorize o educando, a sua cultura, sua autonomia; que potencialize sua criatividade e capacidade de enfrentar problemas e incertezas.

A prática adquirida pelo gestor no contexto diário e acumulada ao longo dos anos deixa de ser considerada no contexto educacional atual, a garantia de segurança. O gestor frente a tal mudança precisa buscar na formação continuada o meio pelo qual ele se manterá atualizado, ativo, motivado, melhorando e auxiliando o desempenho e a qualidade da função desempenhada por ele dentro da escola. Enquanto profissional, jamais deverá se acomodar, precisando estar sempre em constante desenvolvimento, sempre adquirindo novas habilidades e competências.

De acordo com Lacombe (2003, p.170):

Qualquer atividade que contribua para tornar uma pessoa apta a exercer sua função ou atividade, aumentar a sua capacidade para exercer melhor essas funções ou atividades, ou prepará-las para exercer de forma eficiente, novas funções ou atividades.

Desse modo, ser gestor hoje é atuar enquanto agentes de transformação social e contribuir com as relações inseparáveis entre o sujeito-conhecimento-cultura. Novos meios de formação cultural e de construção e compartilhamento de conhecimentos, surgindo então a necessidade e a (re)significação da constante busca pela formação. A formação passa a ser compreendida como processo para o domínio adequado de um conjunto de atividades que se pressupõe ao gestor enquanto profissional, visando à sustentação no encaminhamento de suas ações e tomadas de decisões.

Para Luck (2011, p.24):

O desenvolvimento de conhecimento e formação de profissionais entendidos em gestão educacional, capazes de implementar e operar as transformações necessárias dos sistemas de ensino e escolas, é prioritário, por ser condição fundamental para o imprescindível salto qualitativo da educação brasileira.

Desenvolver continuamente a competência profissional constitui-se em desafio a ser assumido pelos profissionais, pelas escolas e pelos sistemas de ensino. Ainda, se constitui enquanto condição fundamental para a qualidade e democratização de ensino. Nenhuma escola pode ser melhor do que os profissionais que nela atuam. Nem o ensino pode ser democrático, isto é, de qualidade para todos, caso não se assente sobre padrões de qualidade e competências profissionais básicas que sustentem essa qualidade. (LUCK, 2009, p.12)

Ao adquirir novos conhecimentos o gestor poderá desenvolver a reflexão acerca da mudança de atitudes e a execução de novas habilidades que poderão legitimar suas ações, reelaborando assim sua prática.

De acordo com Freire (1983, p. 20-25):

O profissional não deve julgar-se como habitante de um mundo estranho; mundo de técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que devem ser doados aos “ignorantes e incapazes”. Habitantes de um gueto, de onde se sai mecanicamente para salvar os “perdidos”, que estão fora. Se assim se proceder não há comprometimento verdadeiro como profissional nem como homem. Simplesmente existe alienação. [...] a alienação estimula o formalismo que funciona como uma espécie de cinto de segurança, e o homem alienado é inseguro e frustrado se atentando mais à forma do que no conteúdo, mais na superfície que no interior.

Com espaço geográfico e físico diferente da escola urbana, a escola de campo precisa se instituir enquanto espaço pedagógico, de gestão democrática e emancipação. Quando falamos da amplitude do processo educacional, o qual implica essencialmente o processo administrativo no âmbito das relações sociais, nos referimos do próprio “fazer humano” e conseqüentemente ao próprio homem, pois pensar sobre nós mesmos é tentar encontrar, na natureza do homem, algo que possa constituir o núcleo fundamental onde se sustenta o processo educativo. Esta

visão da gestão escolar, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem, como ser participante, sujeito de sua própria educação, e não objeto dela.

De acordo com Luck (IBID, p.15):

A ação do diretor escolar será tão limitada quão limitada for sua concepção sobre a educação, a gestão escolar e o seu papel profissional na liderança e organização da escola. Essa concepção se constrói a partir do desenvolvimento de referencial de fundamentos legais e conceituais que embasem e norteiem o seu trabalho.

A atualização constante desempenha hoje, um papel determinante no contexto de modernização permanente e acelerada, devendo ser vista por todos como um instrumento valioso. De acordo com Carvalho (2002, p.02):

O indivíduo, após passar por um processo de aquisição de um determinado conhecimento, jamais terá uma visão de antes, adquirindo novos conhecimentos. [...] É necessário inovar, motivar e buscar sempre algo novo, diferente, pois é evidente a existência de cobrança de trabalho, principalmente por profissionais qualificados e com energia para exercer o seu cargo adequadamente, com serenidade e autonomia.

O gestor deve se assumir enquanto protagonista de sua aprendizagem, para que possa romper velhos paradigmas e assim se enquadrar na atualidade, reavaliando seus conceitos, suas crenças e sua prática, buscando renovações, atualizações, para estar informado acerca dos fatos, acontecimentos no mundo e no âmbito educacional. Desta forma poderá ampliar seus conhecimentos, substituindo a visão ingênua por uma visão crítica e comprometida com a realidade.

Para poder acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade atual, é preciso um novo profissional do ensino, ou seja, um profissional que valorize a ação e reflexão como estratégia de trabalho educativo, estando sempre preocupado com a formação continuada. Para Freire (ibid, p.17) a primeira coisa para um ser exercer um ato comprometido é a sua capacidade de atuar e refletir.

Após adquirir formação inicial em universidades os profissionais devem buscar reciclagem através de diferentes meios, pois somente a formação de professores críticos e reflexivos levará à construção da cidadania através da educação e a transformação da escola.

De acordo com Nóvoa (apud MARAGON; LIMA, 2002, p. 23) o aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente; e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente.

Ainda de acordo com Perrenoud (1999, p.54) o gestor escolar precisa desenvolver as seguintes competências:

- Competência técnica, voltada para o domínio de sua área de conhecimento;
- Competência política, necessária para transitar com segurança nas diferentes esferas de atuação;
- Competência cultural, o conhecimento que deve ter com relação aos diferentes modos de ser na comunidade onde atua;
- Competência ética, importantíssima, no sentido de respeitar regras, pessoas e modos de ser;
- Competência reflexiva, voltada para o entendimento de que todos os indivíduos estão em permanente processo de educação, aprendendo não só em cursos programados, mas em encontros, discussões e reuniões.

Além da busca pelo constante aperfeiçoamento e o desenvolvimento de competências, o gestor deverá adotar como paradigma de gestão nas escolas de campo a gestão democrática e participativa, pois a participação, o reconhecimento das ideias e contribuição de cada sujeito são fundamentais, independente do nível hierárquico. O gestor, por sua vez, será um líder eficaz quando valorizar o trabalho dos indivíduos, estimulando um ambiente democrático e acreditar no potencial de todos, não podendo agir isoladamente na escola em que atua, mas se constituindo enquanto profissional que age de forma partilhada. Freire (ibid, p.29) coloca que o saber se faz através de uma superação constante, o saber superado já é uma ignorância.

Conforme Alarcão (2011, p.39):

As escolas precisam aprender, precisam se constituir enquanto “escola reflexiva”, aquela em que como organização que continuamente se pensa em si própria, na sua missão social e na sua organização, e se confronta com o desenrolar da sua atividade em um processo heurístico simultaneamente avaliativo e formativo.

Ainda segundo Freire (ibid, p.11) reconhecendo que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização e que, por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão.

As instituições onde seus indivíduos são aprendentes organizam a educação que não reside nas mãos individuais, mas na constante interação entre todos acerca do real educar.

2.1 O PAPEL DO GESTOR FRENTE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE, EMANCIPAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS DE CAMPO

Estamos vivendo um momento singular de refinamento das ações educativas, em que o Gestor pode ser o mais forte aliado da comunidade escolar na implantação dos padrões de qualidade, na formação de alunos, na competência dos professores e demais servidores.

A construção de uma escola cidadã e reflexiva, ou seja, democrática, pressupõe concomitantemente, a construção de relações sociais efetivamente democráticas, a escola cidadã constituiu-se numa perspectiva “unitária” da sociedade e educação.

Entende-se que unitário ao contrário de uniforme pode significar síntese do diverso. Essa diversidade, todavia, somente será democrática, se as condições básicas efetivamente igualitárias forem entendidas como um processo educativo da passagem da desigualdade à igualdade.

Gerir uma escola reflexiva é estar em constante desenvolvimento, é tomar decisões adequadas no momento certo e é através da formação continuada do gestor que ela poderá se efetivar, pois sem o domínio de conhecimentos não há como mobilizar a concretização de um projeto educacional democrático.

Assim, pensando em eficiência educacional consolidada na formação do cidadão, tanto a escola quanto outras instituições que ministram o ensino, são responsáveis por uma educação significativa vinculada a realização social.

O maior comprometimento rumo ao processo democrático e a verdadeira cidadania, concretiza-se no fenômeno das relações humanas, pois elas encerram um grande potencial de direção na luta por uma transformação da sociedade que se encontra em (re)construção.

Especialmente na gestão dos sistemas educacionais, é necessário fundamentar a ação nas escolas nos parâmetros da gestão democrática, de modo a favorecer a construção de redes solidárias com o objetivo de apoiar a construção do conhecimento e o desenvolvimento humano. Considerando que o processo de

gestão democrática não é função exclusiva do gestor escolar, mas da realização de um trabalho participativo envolvendo todos os segmentos sociais que compõem a escola, oportunizando-se o rompimento com o autoritarismo que permanece ainda no interior da escola, contribuindo para o aumento da exclusão das classes menos favorecidas diante das oportunidades de acesso ao ensino e até mesmo da qualidade.

De acordo com Freire (ibid, p.16):

O processo administrativo direcionado à formação da cidadania constitui um ato político com possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolavelmente à sua ação sobre o mundo. A ausência de reflexão sobre seu estar no mundo, impossibilita o ser de transportar os limites que lhe são impostos pelo próprio mundo.

A desigualdade entre os níveis de escolaridade dos sujeitos camponeses com os que vivem nas cidades é evidenciada, tanto em pesquisas populacionais quanto educacionais. A desvantagem pode ser percebida em termos de matrícula, desempenho educacional dos alunos, formação dos profissionais de educação e até mesmo na infra-estrutura física das escolas.

Segundo Henriques (2007, p.18), aproximadamente 32 milhões de brasileiros vivem no campo. Para essa população, o acesso à educação escolar continua sendo um desafio. O povo camponês necessita de uma educação com infra-estrutura e ações pedagógicas que garantam o seu diferencial, tendo uma proposta de organização do trabalho pedagógico, de formação dos professores e de organização curricular que seja do campo, para o campo e no campo, ainda, de políticas e ações que promovam a emancipação e a valorização sociocultural do povo do campo, para assim conquistar seus direitos enquanto cidadãos.

O contingente de pessoas que vivem no campo, segundo o IBGE é expressivo. De acordo com o documento elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (BRASIL. MEC/Inep, 2006, p. 07-08).

[...] se considerarmos como critérios de ruralidade a localização dos municípios, o tamanho da sua população e a sua densidade demográfica, conforme propõe Veiga (2001), entre os 5.560 municípios brasileiros, 4.490 deveriam ser classificados como rurais. Ainda de acordo com esse critério, a

população essencialmente urbana seria de 58% e não de 81,2%, e a população rural corresponderia a, praticamente, o dobro da oficialmente divulgada pelo IBGE, atingindo 42% da população do país. Dessa forma, focando o universo essencialmente rural sugerido pela proposta do pesquisador, é possível identificar em torno de 72 milhões de habitantes na área rural.

Indicadores desta mesma pesquisa demonstram que a desigualdade social entre a zona rural e a zona urbana também é bastante significativa. Em relação ao perfil socioeconômico e educacional, a população do campo está em desvantagem. Tais indicadores ainda demonstram como principais dificuldades em relação à Educação do Campo os seguintes tópicos:

- Insuficiência e precariedade das instalações físicas da maioria das escolas;
- Dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar;
- Falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade;
- Falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural, com currículos inadequados que privilegiam uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
- Ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais;
- Predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade;
- Falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
- Baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série;
- Baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os que atuam na zona urbana;
- Necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas e de implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural. (ibid)

A construção do conhecimento pautado na diversidade e na emancipação sustenta as teorias e práxis pedagógicas camponesas. A unidade e ao mesmo tempo a diversidade que compõe o campo brasileiro faz com que esta modalidade de ensino reconheça e valorize a educação dos alunos do campo, trabalhando de forma contextualizada e fornecendo conhecimentos adequados e necessários para os camponeses se tornarem capazes de intervir na sociedade, operando assim mudanças significativas que desperte e aponte caminhos para uma educação dialógica, crítica e emancipatória.

Há o desafio de educar para uma cidadania global, ou seja, pautada na democracia, participação, valorização da diversidade étnica, cultural e social. Na

formação de cidadãos reflexivos, críticos e informados capazes de intervir nas questões de seu tempo. Surge então a necessidade de uma educação que vincule a produção da existência social com a formação do ser humano, de uma escola aberta à vida, que vise à formação do sujeito como agente de mudanças. A Educação do Campo parte da terra como unidade, a posição dos sujeitos no mundo, no planeta como unidade, mas ela se realiza na diversidade dos métodos, dos contextos regionais, das técnicas e dos valores. (MOLINA, 2006, p.118).

Repensar a escola de campo enquanto espaço democrático, de troca de produção e conhecimento, de valorização sociocultural, é o grande desafio que os educadores deverão enfrentar neste início de milênio, especificamente o gestor escolar, por ser um elemento significativo e articulador de uma prática capaz de romper com as relações competitivas, autoritárias e corporativas que permeiam as relações internas da escola. Assim, torna-se urgente a construção de uma proposta pedagógica e planejamento de ações educativas que articulem o processo coletivo na tomada de decisões.

Para Gandin (1994, p. 24):

A participação é construção em conjunto. No processo participativo, todos tem sua palavra a dizer. O gestor consciente das necessidades, dos problemas educacionais e sociais da comunidade escolar, direcionará o diálogo a este respeito. É função de ele analisar a realidade e posicionar-se em relação a ela, sem, contudo efetivar um comprometimento tal que o impeça a objetividade de sua opinião nas decisões com o grupo ou mesmo que expanda suas idéias formadas.

A gestão escolar cada vez mais se constitui enquanto prioridade dentro do contexto educacional, pois os gestores precisam assumir como prioridade no desempenho de sua função, a suscitação do diálogo, da participação livre, da conscientização de todos e esforço comum frente à solução de uma problemática educacional.

Segundo Veiga (2001, p.18):

A gestão democrática implica primeiramente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo da reciprocidade, que supera a expressão da autonomia, que anula a dependência, de órgão intermediário que elaboram políticas educacionais tais qual a escola é mera executora.

A LDB/96, em seu artigo 14, traz mudanças significativas com relação à gestão das escolas:

- Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democráticas do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforma os seguintes princípios:
 - I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
 - II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes.

Sendo assim, a gestão escolar deve ser vista como instrumento fundamental do seu dinamismo e isto na medida em que possibilite a conciliação entre os dados da realidade e a rigidez instrumental da organização resultante da aplicação dos princípios de autoridade legal, fundados na burocracia.

O gestor escolar se depara com a necessidade de refletir sobre seus pressupostos e sua atuação, isso implica em mudar práticas, concepções e as dimensões da esfera social, ou seja, as relações de poderes dentro do âmbito escolar.

O papel do gestor frente a este paradigma é o de propiciar e desenvolver ações que busquem a reflexão sobre a participação dentro da escola pública e seja o mediador na concretização deste processo.

Saviani (1980, p.120) diz que:

Gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades. Gestão da educação significa ser responsável por garantir a qualidade de uma “mediação no seio da prática social global. Significa tomar decisões, organizar e dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania, no contexto da complexa “cultura globalizada”

Neste meio o processo das tomadas de decisões se estabelece coletivamente, dando oportunidades de todos os envolvidos terem o poder de deliberarem e discutirem, havendo desta forma o estabelecimento de uma relação colaborativa na busca na resolução dos problemas, na transformação da realidade e na busca pela qualidade na educação.

Partindo deste princípio, surge a figura do gestor escolar e a reflexão acerca de seu papel e da importância de sua formação continuada, pois assume o papel de ator principal na propagação de ideias para que ocorram transformações. Será aquele que irá articular ideias junto à comunidade escolar nos seguintes âmbitos: pedagógica, financeira e recursos humanos.

De acordo com Cury (2005, p.10):

A gestão democrática implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e soluções dos conflitos. Quando o diálogo está pautando as relações internas e externas na escola está se trabalhando coletivamente, CPM, Conselho Escolar e direção, na busca de alternativas para a escola e para aproximarmos os pais do cotidiano escolar, além da reconquista da credibilidade, da transparência, democracia e respeito.

O Gestor da Escola de Campo precisa nortear sua função dentro da perspectiva democrática participativa, pois segundo Lück (2001, p.31) as características da gestão participativa são:

- Compartilhamento de autoridade;
- Delegação de poderes;
- Responsabilidades assumidas em conjunto;
- Valorização e mobilização da sinergia de equipe;
- Canalização de talentos e iniciativas em todos os segmentos da organização;
- Compartilhamento constante e aberto de informações.

A gestão escolar, como área de atuação, constitui-se, pois, em um meio para a realização das finalidades, princípios, diretrizes e objetivos educacionais, que orientam a promoção de ações com qualidade social, isto é, que atende bem a toda a população, respeitando e considerando as diferenças de todos os seus alunos, promovendo o acesso e a construção do conhecimento a partir de práticas educacionais participativas, que fornecem condições para que o educando possa enfrentar criticamente os desafios de se tornar um cidadão atuante e transformador da realidade sociocultural e econômica vigente, além de dar continuidade permanente aos seus estudos. (LUCK, *ibid*, p.23)

Em suma, o líder escolar da escola de campo precisa desvencilhar-se dos ranços da administração educacional e incorporar a concepção de gestor educacional. Não deve, contudo, substituir uma terminologia por outra de modo

mecânico e despropositado. Mas, carregando com a terminologia toda uma filosofia nova, uma proposta nova, um significado novo que implica em mudança de paradigma. Isto é, um novo modelo de liderança, uma nova visão, novos desafios, novos métodos. Associado a isto, o gestor educacional precisa ter claro e incorporado o conceito de resiliência. Ele precisa, de fato, ser capaz de conviver com diferentes tipos de situações e de tensão, sem, contudo, perder o equilíbrio e o poder da racionalidade. Precisa ser capaz de lançar aos outros os mesmos desafios e produzir neles as mesmas qualidades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação no Campo ainda tem um longo caminho a trilhar em relação à formação do gestor e conseqüentemente sobre os modelos de gerir nas escolas camponesas, embora muitas conquistas significativas terem sido delimitadas. O homem do campo precisa ser reconhecido como sujeito com direitos de conquistas tanto sociais quanto educacionais para que se torne verdadeiramente cidadão capaz de intervir e atuar frente à sociedade.

O reconhecimento e a valorização da educação do e no campo, e da sua diversidade cultural e social, aliada à formação do gestor, servirá para trilhar caminhos para uma educação dialógica, crítica e emancipatória.

A luta pelo trabalho, o direito a terra e ao conhecimento, atrelada à formação do gestor, protagonizam os princípios que norteiam a Educação no Campo e a conquista de uma educação que assume caráter instrumental na conquista da emancipação, promoção da igualdade e da justiça social. Compete ao gestor buscar aperfeiçoamento constante para que possa dialogar, intervir na construção e efetivar mudanças significativas na educação camponesa, utilizando o modelo democrático de gestão, dentro de uma escola reflexiva e capaz de mobilizar cada um para a concretização deste projeto educacional.

É urgente e necessário que a escola de campo seja construída e reconhecida de forma política, social e cultural, contribuindo assim para a legitimação dos direitos do homem do campo, à construção de novas concepções e fazeres na Educação Camponesa, tendo como aliado o gestor que tenha como

concepção de educação um processo permanente no qual nos educamos continuamente.

Somente gestores de campo reflexivos serão capazes de gerir escolas de campo reflexivas onde os indivíduos que dela participem se constituam enquanto atores sociais e transformadores do contexto em que vivem.

Espera-se que este trabalho possa servir de fundamentação para os profissionais da educação, em especial aos gestores que atuam na Educação do Campo, contribuindo assim para a busca de uma escola de campo cidadã e de qualidade com a qual tanto sonhamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: República Federativa do Brasil, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 12 ago 2013.

BRASIL. MEC/CNE. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001. _____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da Educação do Campo**. Brasília: Inep/MEC, 2006.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 36/2001. **Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo**. Brasília: MEC/CNE, 2003.

CARVALHO, G. F. de. A didática como ferramenta no treinamento **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/pemp01.htm>. Acesso em 04 abr 2014.

CURY, C. R. J. **O direito à educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://moodle.mec.gov.br/mdl01/file.php/1/salas/direito/u1.htm>. Acesso em 20 mar 2014.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins. RJ: Paz e Terra, 1983 - 12^o ed.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

HENRIQUES, R. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas.** CADERNOS SECAD 2, BRASÍLIA –DF, MAR 2007.

LUCK, H. **Gestão educacional:** estratégia, ação global e coletiva no ensino. In. FINGER, A. etal. Educação: caminhos e perspectivas. Curitiba: Champagnat,1996.

_____. **A escola participativa: o trabalho de gestor escolar.** Rio de Janeiro, DP&A, 4ª edição 2001.

_____. **Gestão educacional: uma questão paradigmática.** 9ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARAGON, C.; LIMA, E. **Os novos pensadores da educação.** Nova escola. São Paulo, n. 154, p. 18-25, ago. 2002.

MOLINA, M. C. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

PAROLIN, I. C. H. **Professor! A Formação do Professor Formador.** Curitiba: Ed. Positivo, 2009

PERRENOUD, P. **Construir Competências desde a Escola.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez, 1980.

VEIGA, A Ilma Passos. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível.** Campinas, SP: Papyrus, 2001.